

HABEAS CORPUS Nº 548.381 - PR (2019/0355750-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ELIAS GUILHERME TREVISOL
ADVOGADO : ELIAS GUILHERME TREVISOL - SC029078
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : A L (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

A. L. impetra a presente ordem de habeas corpus, de próprio punho, contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Todavia, da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído**, pois não constam nos autos a cópia da decisão que determinou a imposição de medida cautelar diversa da prisão em desfavor do paciente, bem como da decisão monocrática que negou a sua revogação, o que impossibilita a compreensão do caso.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

É cogente ao impetrante, sobretudo em se tratando de advogado constituído, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Nada impede, porém, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga os documentos faltantes, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

